



Extensão universitária é ato de aquilombar- se na contemporaneidade

University extension is an act of gather in quilombo in contemporary times

Ariadini de Almeida Dócio

Programa de Pós-Graduação em Relações
Étnicas e Contemporaneidade
ass.docio@gmail.com

Natalino Perovano Filho

Programa de Pós-Graduação em Relações
Étnicas e Contemporaneidade
npfilho@uesb.edu.br

DOI: 10.22481/odeere.v4i8.6241

RESUMO: A experiência aqui abordada será a vivência na Extensão Universitária no Curso de Educação Quilombola, do ODEERE-Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, o qual está vinculado à área de conhecimento das Ciências Sociais e Humanidades, sendo constituído em três fases: formação teórica, a pesquisa e a imersão na realidade de campo, de forma interventiva, sendo que universo deste relato de experiências se dá a partir da visita de campo no Recôncavo Baiano, Zona Metropolitana de Salvador e em Salvador, esse roteiro objetiva apresentar aos alunos da extensão os locais onde foi processada parte da história do Brasil e como

nessas localidades ainda prosperam a cultura e os dilemas vivenciados pelas Populações Afro-Brasileiras. Nesse caso, o trabalho traz, também, a visita realizada ao Quilombo Pitanga dos Palmares devido seus elementos viabilizarem os assuntos da disciplina em questão. Enquanto Assistente Social, o que me motivou a ser cursista do curso de extensão do ODEERE foi a necessidade de buscar respostas para a atuação profissional, em específico, a identificação geográfica, em um determinado município no Sudoeste Baiano, dos Povos e Comunidades Tradicionais visando garantir os seus Direitos Sociais. Ao final concluímos que estar na Extensão Universitária é ato de aquilombar-se na contemporaneidade.

Palavras-chave: formação, quilombo, resistência, quilombamento.

ABSTRACT: The experience addressed here will be the experience in the University Extension in the Quilombola Education Course, from the ODEERE-Organ of Education and Ethnic Relations, of the State University of Southwest Bahia-UESB, which is linked to the area of knowledge of the Social Sciences and Humanities, being constituted in three doses: theoretical formation, research and immersion in the reality of the field, in an interventional way, being that universe of this report of experiences happens from the field visit in the Recôncavo Baiano, Metropolitan Zone of Salvador and in Salvador, this script aims to introduce students of the extension to the places where part of the history of Brazil was processed and how in these locations the culture and dilemmas experienced by Afro-Brazilian populations still thrive. In this case, the work also includes the visit to Quilombo Pitanga dos Palmares due to its elements making the subjects of the subject in question feasible. As a Social Worker, what motivated me to be a course participant in the ODEERE extension course was the need to seek answers for professional performance, specifically, geographic identification, in a specific municipality in Southwest Bahia, of Traditional Peoples and Communities in order to guarantee your Social Rights. At the end we conclude that being at the University Extension is an act of gather in quilombo in contemporary times.

Keywords: formation, quilombo, resistance, gather in quilombo.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária tem sua base justificada no artigo 207 da Constituição Feral de 1988, que segundo Maciel e Mazzilli (2011) prevêem a indissociabilidade em um tripé, que é sustentado pela garantia do direito ao ensino superior no Brasil, sendo que as Universidades devem desenvolver esse tripé abrangendo o ensino, pesquisa e extensão, todavia, um dilema ou desafio para ser mantido no chamado Estado Mínimo.

A indissociabilidade é uma conquista fundamental para elevar a qualidade de ensino superior no Brasil, além disso, possibilita à democratização do acesso a educação universitária, principalmente na esfera pública independente dos perfis de renda dos possíveis alunos, vale lembrar que o entendimento da universidade enquanto um bem de consumo para todos sem distinção é algo muito novo para o contexto brasileiro algo que vem sendo implementada a parte do século XX, contudo, a indissociabilidade tornou-se uma proposta em 1988,

A educação superior pensada nas bases democráticas fez parte de um projeto de nação tendo o Estado na condição de ser seu dever proporcionar o bem está como também de financiá-lo, sendo que tal proposta vinculava-se a garantia dos Direitos Humanos, articulando a cidadania e emancipação social dos sujeitos, entretanto, a proposta do Estado Mínimo implantado na década de 90 está voltada a com a desresponsabilização do Estado com o bem está social dos seus cidadãos e a total proteção aos interesses do capital.

Nesse ponto segundo Montaño (1999) não se preocupa com a proteção social ou garantia dos direitos sociais, contidos na Constituinte de 1988, o Estado é um instrumento de controle social, coesão e garantidor da sobrevivência do capitalismo, logo investir em Extensão Universitária e ainda por cima pública e gratuita é algo abominável, devido ao fato que fere a lógica imposta pelo mercado o qual através de suas regras corrigirá as diferenças e o sujeito tem que se esforça para ser incluído, tudo depende unicamente do esforço dos sujeitos, o que se levou a chamar de meritocracia, temo esse fartamente defendido nos discursos implementados pelos ideais da elite burguesa nacional ou internacional a partir do ano de 2017.

O Estado mínimo e seus defensores somente esquecem de pontuar ou esclarecer que esse discurso é um componente ideológico, diante que cabe ao

Estado administrar o capital socialmente produzido pela sociedade que são os impostos, taxas e tributos, os quais não voltam em sua integralmente como benfeitorias a sociedade, caso do financiamento do ensino, pesquisa e extensão de caráter público e gratuito, porém, os recursos estão realmente sendo utilizados para financiar os investimentos privados da própria elite, em detrimento dos interesses da população.

Esse embate entre ter direitos constitucionais e suas restrições enquanto efetivação por parte do Estado pode ser verificada durante a experiência vivenciada, no Órgão de Educação e Relações Étnicas-ODEERE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, devido no desenvolvimento de suas ações na Extensão Universitária se coloca de forma paradoxal, primeiro por está incluído na dinâmica da universidade e sofrer com as transformações impostas pela lógica do Estado Mínimo, que no ano de 2019, lançou mão com mais ênfase nas estratégias de privatização do sistema de ensino superior público do Brasil. Assim os financiamentos das atividades de extensão ficaram ainda mais escassos.

O outro ponto é a opção política deste órgão que se volta ao enfrentamento da lógica do sistema, ou seja, por sustentar uma luta de resistência e valorização dos saberes trazidos pelas ditas minorias, o que levou a construir uma história existencial sustentada por uma metodologia Freiriana defendida por alguns dos seus participantes ou Africana como é vista e defendida por outros, devido sustentar que o saber é construído a partir de trocas entre o sujeito, o grupo e o professor, nesse aspecto ninguém tem o poder de emponderar o outro, mas a partir da interação social e entendendo que o processo de aprendizagem é coletivo e não hierarquizado. Assim respeitar o conhecimento trazido mesmo aquele classificado como do senso comum, como é o caso dos griôs (pessoas mais velhas sem formação acadêmica em sua maioria, porém, detentora de um saber que não está nos livros e somente é passado através da prática do fazer através da história oral) é importante o que leva ao empoderamento de todos os envolvidos nessas trocas de saberes.

Nesse processo ainda é valorizada a vivência de campo ou intervenções comunitárias que saem do contexto institucional, no que abrange os alunos estarem diante de contextos reais que são discutidos teoricamente durante a formação, vale lembrar que a prática metodológica adotada, também abriga

outro viés devido sua estruturação está cada vez mais próxima para além dos aspectos culturais, mas voltada a visão de como o conhecimento é concebido pelos povos Indígenas, Africanos, Afrodescendentes, Ciganos entre outros, isso possibilita o rompimento com o culto ao eurocentrismo e a educação bancária.

O produto dessas práticas de ensino sem sombra de dúvida não está somente na metodologia de ensino, todavia, ainda encontra-se em construção enquanto produção escrita, porém, se pode correr o risco de afirmar que um dos possíveis resultados é a desconstrução de uma realidade fantasiosa sobre a construção das Relações Étnicas no Brasil, nem os indígenas e muito o menos os africanos, tal pouco os ciganos eram seres incapazes intelectualmente ou primitivos no que tange a construção cultural, por essa razão, segundo Bispo (2014) que o ODEERE foi oficialmente instituído no ano de 2005, devido à necessidade de se estabelecer a formação profissional para docentes e a comunidade de forma geral, referente ao fato que todas as unidades escolares no território nacional deveriam ofertar o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileiras e África como consta na Lei nº 10.639/2003, além disso, ainda teve a Lei nº 11.645/2008, estabeleceu o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

O surgimento das leis supracitadas é fruto da luta dos movimentos sociais e claro do Movimento Negro, a conquista do corpo legal não significou somente um avanço na direção de uma sociedade menos preconceituosa, mas detonou uma dura realidade a maioria da sociedade brasileira e principalmente alguns educadores não conheciam a cultura dos povos afro-brasileiros, indígena e a história africana, a ideologia eurocêntrica funcionou de tal forma que provocou em pleno século XXI, uma busca para recontar a história oficial segundo a visão dos excluídos, assim o referido órgão criando em 2005, trás em sua certidão de nascimento um contraponto dentro de uma sociedade burguesa, patriarcal, conservadora, autoidentificada pela maioria enquanto cristã, logo falar da cultura negra e indígena é segundo os ensinamentos do ODEERE desconstruir os mitos, em um universo que faz necessário reconstruir as possibilidades de verdades (ou mais próxima da realidade, do que é defendido enquanto verdades absolutas nos livros dos vencedores) com uma base mais ética e menos moral.

Os caminhos da diversidade étnica, os quais constituíram o Brasil, veio ter enquanto testemunha que insiste em resistir à opressão a tecnologia africana

chamada de Quilombo estudá-los significa entender que não existiu uma única forma ou modelo implantado, como por igual valor esse modo de vida na coletividade não ficou estático nos tempos históricos, mas suas atualizações ocorrem enquanto mecanismo de sobrevivência para seus membros e descendentes, sendo este termo segundo Clemente e Silva (2014, p.92) ter sido importado da experiência dos povos que habitavam a área do Continente Africano pertencente ao “Congo-Angola”, onde o quilombo foi uma tecnologia desenvolvida com caráter “militar-político”.

Dessa forma não vieram para as colônias do Brasil qualquer povo, mas mão de obra especializada e que os ciclos produtivos necessitavam no seu desenvolvimento, entretanto, o ato de aprisionar o sujeito não significou retirar dele suas memórias e saberes adquiridos ao longo da vida, logo os quilombos Brasileiros na sua origem não foram formados a partir de uma história ancestral comum ao grupo, defendida enquanto verdade simbólica e repassada nas novas gerações, mas por uma necessidade de sobrevivência fora da opressão do sistema escravista, o que motivou os representantes de diversos grupos étnicos como: indígenas, negros libertos, africanos, escravos fugidos, homens livres em conflito com a lei, ou seja, quem necessita de abrigo e proteção veio a formar as comunidades quilombos durante o período colonial e imperial, sendo que essa forma de viver veio atingir a maturidade sustentando suas origens e processos de resistência enquanto legado simbólico e ancestral (FREITAS, 1976; WEBER, 2009).

Essa conjuntura de diversidade étnica, a qual os membros que formaram os quilombos no Brasil possuíam, pode ser inicialmente entendida enquanto somente possível devido à situação imposta pelo sistema colonial, porém, segundo as análises e reflexões de Munanga (95/96) referente à origem dos quilombos em África fica evidente que até mesmo na formação não havia uma restrição étnica para selecionar quem podia ser anexado ou agregado ao quilombo, logo o objetivo era militar-político que investia na proteção do grupo durante as migrações ou na ampliação do território, todavia, sua orientação era matriarcal, internamente e externamente apresentavam se como patriarcalistas, devido ser os homens que desempenhavam as atividades militares, socialmente organizado cada um era direcionado a uma função: agricultura, militar, religiosa entre outras. Assim o citado autor veio a definir “O quilombo africano, no seu processo de

amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação" (MUNANGA, 95/96, p.63).

Outras características importantes no quilombamento brasileiro eram a existência, por exemplo, de um líder ou um grupo que funcionava enquanto um conselho logo discutia e tomava as decisões, decidindo quem podia ser abrigado ou não pela comunidade, além disso, construíam as estratégias de enfrentamento social, resistências aos inimigos, defesa do seu modo de vida, produção de gênero alimentício, além disso, mantinham as relações sociais ativas com os outros grupos étnicos a partir do comércio com os centros urbanos (BARTH, 2011, FREITAS, 1976).

A vida no quilombo, não significava paz e sossego (características ou desejos estes que até os dias atuais ainda não é possível por completo), devido ser classificados enquanto ilegais pelo corpo jurídico da época, duramente reprimidos pela política de Estado e perseguidos pelos latifundiários e a elite, devido sua existência contestar o poder dominante, o que levava o quilombo ter uma organização social de resistência e se elaborar enquanto espaços de liberdade, o qual veio a debelar muitos dos movimentos chamados de revoltas no período da escravidão negra, depois foi a partir dos quilombos que os movimentos abolicionistas incendiaram o Brasil, com o fim da abolição da escravatura o movimento abolicionista deram lugar ao Movimento Negro do século XX, sendo que este movimento recuperou a história de Palmares para o mundo, o reflexo desse processo deu origem aos direitos conquistados para a população negra e quilombola no corpo da Constituição de 1988.

OS SABERES DO SENSO COMUM: por que Educação Quilombola?

O Brasil enquanto nação é muito jovem, mas sua construção foi cercada por um legado de exploração e subalternidade aos interesses dos países centrais ou primeiro mundo. Os resultados podem ser visto a partir das análises de como se configuraram os ciclos produtivos do capital nacional em diálogo com a burguesia internacional.

Dessa forma o Brasil colônia financiou o genocídio indígena e africano, em nome do desenvolvimento do capital mercantil e do pacto colonial, durante o Império manteve a subserviência a Europa e não saiu do estado de mero produtor

de commodities agroexportadora sustentadas pelo trabalho escravo, ao desembocar no período Republicano ainda assim somente institucionaliza-se enquanto Estado Nação mediante a manutenção do preconceito étnico e racial contra indígenas, ciganos, negros e aos ex-escravos e seus descendentes.

Os ex-escravos e seus descendentes reformularam seus campos de lutas em um novo cenário a partir de 1930, com a implantação do projeto de modernização conservadora e industrialização tardia, a classe trabalhadora formalmente remunerada, porém, recebendo um valor em detrimento aos brancos menor, esse novo contrato social trazia consigo submissão a condições precárias, quase análogas de trabalho, todavia, os afrodescendentes resistiram nos redutos dos quilombos urbanos/semi urbano ou periferias, outros tantos expulsos dos centros das cidades migraram para os morros aos arredores das cidades nascendo assim às comunidades ou favelas contemporâneas (CLEMENTE e SILVA, 2014; OLIVEIRA, 2013).

A industrialização tardia necessitava de um universo com tensões controladas para se desenvolver, logo as condições de falta de garantias trabalhistas e adequação do homem a essa nova forma de produção, veio a levar a classe burguesa juntamente com o Estado criarem estratégia para dominação da classe operaria, a qual não podia mais ser os grilhões.

Diante dos dilemas vivenciados pela população classificada como a mais vulnerável e em risco social, que são os mais atingidos nos processos de exploração do capital, que desde 1936, com advento da industrialização Brasileira, o qual para florescer dependia da cooperação da classe trabalhadora que surge às políticas sociais, como complementação ao salário dos trabalhadores formais (IAMAMOTO, 2004).

Dessa forma a execução das Políticas Sociais perpassadas pelo fazer profissional do Serviço Social, o qual tem nesse cenário antagônico e conflitante à origem da profissão, todavia, o acesso aos serviços ofertados pelo Estado ou entidades privadas somente eram concedido a quem apresenta-se vínculo trabalhista formal, o restante ficava a própria sorte, a mudança veio com a promulgação da Constituição de 1988, tais políticas ganharam uma sustentação jurídica e a profissão em questão implantou seu Projeto Ético Político, além disso,

outros campos de atuação foram criados caso este dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Os Afro-Brasileiros assim como os Povos e Comunidades Tradicionais conquistaram uma base legal para a construção de um aparato que busca atender suas demandas, dentre elas a inclusão no ensino superior pela política de cotas, Lei Nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, o Decreto Legislativo 143/2002, Decreto Nº 5.051/2004, Decreto 4887/2003, Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007, além disso, os cuidados com as questões do povo negro também foram amparadas nas Políticas Sociais Públicas de Saúde e Assistência Social.

Vale esclarecer para quem tiver o interesse, a motivação para fazer o “Curso de Educação Quilombola”, nesse trecho o texto não tem como não ser pessoal, enquanto Bacharel em Serviço Social, atuante como Assistente Social na execução dos serviços prestados por diversas Políticas Sociais Públicas, de forma interventiva com a população demandante, que no ano de 2016, ao assumir como servidora pública ao chegar ao local de trabalho vinculado ao Sistema Único de Assistência Social-SUAS, logo o questionamento surgiu se existiam “Povos e Comunidades Tradicionais” no Município? Como os mesmos eram trabalhados? Mediante serem sujeitas de direitos específicos. Nem uma resposta concreta foi obtida, porém, “o Decreto nº 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2015¹) e claro quanto suas orientações e devem ser seguidas, o não fazer constitui violação dos direitos dos sujeitos expressos no corpo do texto legal.

Dessa forma os direitos dos Povos e Comunidade Tradicionais (como por exemplo, os Quilombolas) devem ser entendidos enquanto política pública, cabendo ao SUAS através da Política Nacional de Assistência Social desenvolver a garantia desse direito e assegurar a inclusão social, segundo o MDSA isso vem ocorrendo da seguinte forma:

Em relação a esses povos, o MDS apóia projetos específicos para a estruturação da produção familiar e comercialização, que auxiliam as

¹BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Publicado em 21/08/2015 12h12. Disponível em <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

famílias a produzirem alimentos de qualidade, com regularidade e em quantidade suficiente para seu autoconsumo e geração de excedentes. Esses projetos são realizados em parceria com outros órgãos que atuam junto aos PCTs, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), SEPPIR (Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial), entre outros. Nesse sentido, o MDS busca ampliar o acesso desses povos a ações como Acesso à Água, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. (MDSA, 2017²).

A partir desse ponto vale salientar que atuação da Política de Assistência Social não termina com essas ações, mas vai além, principalmente através das ações preventivas que devem ser desenvolvidas pela Proteção Social Básica, a qual se vincula as Unidades dos Centros de Assistência Social- CRAS³.

Assim cabe a essa instituição operacionalizar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, as ações devem ser planejadas, com estratégias as quais possibilitem reais intervenções para o indivíduo, a família/grupo e comunidade.

Na atuação do institucional com a comunidade cabe identificar os espaços de ocupação dos Povos e Comunidades Tradicionais, dentro do território de abrangência do CRAS, oferta os serviços sejam na instituição ou deslocando a equipe técnica, para atender diretamente: no terreiro de candomblé, quilombo, acampamento cigano e comunidades extrativistas. Assim as famílias com perfil para o Cadastro Único devem ser inseridas e informadas à importância de reconhecerem suas condições de povos tradicionais.

Diante disso para buscar informações sólidas e não mistificada foi aproveitada a oportunidade de participação no “Curso de Educação Quilombola” devida à proposta do curso ter como objetivo:

No curso de “Educação Quilombola”, o objetivo é falar sobre os elementos simbólicos dos diferentes grupos étnicos que convivem no mesmo território quilombola, identificar memórias que fazem parte dos aspectos de resistência histórica, os processos de racismo e as estratégias de resistência dentro desses espaços.⁴

²BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

³ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília -, 18 de Fevereiro de 2018. Disponível em http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/cras-centros-de-referencia-da-assistencia-social Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

⁴Universidade Estadual do Sudoeste-UESB. **Inscrições abertas para cursos de Extensão do Odeere**. Disponível em http://www.uesb.br/ascom/ver_noticia_.asp?id=14919 Acesso em 04 de janeiro de 2018.

A partir desse ponto pode-se notar que tanto a intencionalidade da Política de Assistência Social como o ODEERE são parecidos, devido lutarem contra um inimigo invisível, mas poderoso que é a desigualdade social e econômica, sendo as mesmas aprofundadas com as questões étnicas e raciais, mediante o preconceito que grita através das várias formas de discriminações.

A proposta metodológica adotada pelo "Curso de Educação Quilombola" é inovadora e se desenvolve em 180 horas de atividades, sendo a docente titular a Prof^a. Dr^a. Ana Angelica Barbosa, a qual é pesquisadora da temática quilombola, o curso envolve critérios, os quais têm como pretensão proporcionar um estudo voltado às ciências sociais e humanidades, com três fases dosais: formação teórica, a pesquisa e a imersão na realidade do campo, de forma interventiva.

A intencionalidade dessa metodologia esta voltada ao que Santos (2018) defende como deveriam ser os resultados e aplicabilidades das pesquisas científicas, que é "Conhecimento prudente para uma vida decente", diante disso pode ser entendida, a forma como alguns alunos chegam ao curso com uma visão empírica de mundo, principalmente sobre os processos escravagistas, como de se mesmo, muitos são afrodescendentes e não compreende bem essa situação, devido estarem voltado aos padrões instituídos enquanto verdade absoluta na sociedade, que fomenta um heroísmo dos grupos dominantes e o apagamento da existência dos povos subjugados.

O primeiro momento do curso abrange a formação teórica, através da participação em eventos acadêmicos que fomentam a troca de experiência e situa o que existe de mais recente no âmbito das publicações referentes às Relações Étnicas, sendo ainda a Extensão o espaço para as intervenções de estágio curricular dos mestrandos da Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, logo existe um universo efervescente de saberes e diálogos, com a pesquisa científica formal.

As aulas teóricas são presenciais, e ocorrem em um final de semana por mês, o curso é estruturado em dez módulos, a intenção é fazer o aluno (a) adquirir conhecimentos sobre os elementos simbólicos de alguns grupos étnicos (sendo o central os povos quilombolas), logo atua na contra proposta da formação educacional formal e até mesmo vai se contrapor a cultura instituída enquanto o

padrão nacional, que vem a atender aos ideários das elites brasileira e não visa a valorização dos saberes existentes na cultura rotulada como popular.

O segundo momento está voltado à pesquisa, ou melhor, as explicações sobre os formatos de pesquisas e seus métodos, técnicas, como cada um deve se portar no campo junto aos sujeitos de pesquisados, nesse momento as experiências dos alunos do mestrado e dos egressos do mesmo programa de pós-graduação anteriormente citado é grande, os alunos do “Curso de Educação Quilombola” recebem mensalmente uma referencia bibliográfica para estudar.

Nesses diálogos vai sendo esclarecido, o que é uma questão de pesquisa? Quais as motivações que levaram os já pesquisadores a se propor a vivencia essa experiência? Como foram resolvidas as dificuldades na metodologia escolhida para suas pesquisas? As trocas são muitas e não se pode negar que cada individuo não tenha suas duvidas e questionamento sobre algo que vivenciaram ou vivem, uma situação de trabalho, uma curiosidade, desse jeito Prof^a. Dr^a. Ana Angélica vai conduzindo seus alunos a se descobrirem ou encantarem com o mundo da ciência, porém, a partir de uma produção de conhecimento que forma uma couraça para resistência contra os preconceitos.

A pesquisa ganha fôlego com a preparação da viagem de campo que é o ultimo modulo realizado, todavia a conclusão do curso se efetiva com a entrega do relatório constando o que ocorreu em cada modulo. Para a viagem de campo é previamente explicado que o aluno vai viver uma experiência na qual deve correlacionar os saberes aprendidos no curso a realidade das populações e locais visitados o que leva a análise dos dados empíricos. Mas se tivermos que definir metodologicamente é uma pesquisa exploratória, com método descritivo em que os sujeitos da pesquisa são os próprios moradores dos territórios visitados, logo o conhecimento revelado é o do senso comum e sua aprendizagem se dá através da pratica direta, sendo a oralidade o meio de transmitir para as novas gerações os saberes adquiridos ao longo das gerações anteriores.

Os sujeitos de pesquisa são as pessoas que nos recebem na rota da visitação que envolve o Recôncavo Baiano, Região Metropolitana de Salvador e Salvador, o objetivo é de está nos lugares marcados pelos fatos históricos estudados nos cursos, além de ser o berço da cultura afro-brasileira, a programação é intensa com visitas a escolas, quilombos, terreiros de candomblé, museus, grupos afros,

ruínas históricas, Igrejas, associações de moradores, conventos, participação como observador de atos culturais como a lavagem da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em São Francisco do Conde, entre outros elementos que nos ajuda a ressignificar que existem outras possibilidades de verdades além dessa imposta pelo sistema.

Nessa dinâmica de aulas constantes e em lugares diversos, ainda existem as intervenções que são os minicursos e palestras realizadas pelos alunos do mestrado nas comunidades visitas, logo a Extensão Universitária, na figura do ODEERE leva a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, para lugares não possíveis fora desse formato, isso significa abrir um leque de saberes para além dos muros da universidade, como por igual valor se trás desses espaços uma visão de mundo e do conhecimento informal que não é valorizado na academia.

Dessa forma o Recôncavo Baiano e Salvador são o universo da pesquisa, que nesse caso vou me ater à visita que fiz ao Quilombo de Pitanga dos Palmares, na manhã do dia 03 de dezembro de 2017.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CAMPO DO DIALOGO: QUILOMBO DE PITANGA DOS PALMARES

O dia 03 de dezembro de 2017 teve uma manhã marcada pela rota rumo ao Município de Simões Filho na Zona Metropolitana de Salvador, objetivo era de conhecer o que é um quilombo e como se dá sua organização, a turma demonstrava bastante ansiedade, principalmente os alunos do "Curso de Educação Quilombola".

Os sujeitos de pesquisa aqui serão as pessoas da comunidade de nos receberam, logo por motivações éticas não mantereí seus nomes aqui, vamos adotar a pratica de nomeação a partir dos nomes de plantas como: Pitanga, Acerola, Laranjeira e Jatobá, porém, a líder da comunidade terá seu nome divulgado na integra devido o mesmo ser de domínio publico ao constar em varias reportagens sobre o referido quilombo.

O deslocamento deve um trajeto complicado, devido o transporte que conduzia alunos e professores ter perdido por várias vezes a entrada de acesso à comunidade até então entendida como rural, porém, na terceira tentativa e algumas passagens no posto do pedágio, adentramos a uma localidade as

margens da pista e logo fiquei chocada com o que vir era uma unidade prisional implantada na entrada do que pareceu ser uma comunidade, esse fato me causou um grande impacto.

Assim que o ônibus conseguiu estacionar perguntei a Prof^a. Dr^a Marise de Santana o porquê tinha um presídio ali, que isso não estava correto e ainda colocava um peso ainda maior ao processo de estigmatização da comunidade quilombola. Aproveitando o momento perguntei: Professora como vamos chegar ao quilombo se o transporte somente vai até aqui? A Professora me olhou, por um instante, e respondeu filha você ainda não compreendeu? Você já entrou no espaço quilombo. Tal afirmação somente acusava a minha visão técnica de Assistente Social, o meu cérebro pulsava com força será que ninguém viu o quanto era errado a construção da unidade prisional no local e como a comunidade mediante a Constituição de 1988 e leis que dialogam podia enfrentar tal situação.

Dessa forma diante do meu olhar perplexo ela chamou a turma para se reunir ao seu redor e orientou que todos deveriam ficar juntos e anotar tudo que achar interessante ou que não estendesse, todavia, ao retornar para o acampamento ela pontuaria melhor alguns detalhes, porém, esse era um quilombo que se tinha muitas reportagens publicadas e pesquisar este material nos ajudaria a compreender melhor a comunidade e seus dilemas.

Outro ponto foi à reflexão feita pela professora sobre os interesses dos capitalistas e em nome do desenvolvimento vem a séculos ferindo e agredido o nosso povo, com a escravidão, o preconceito racial e a discriminação, a folclorização da cultura negra, a falta de reconhecimento do direito a terra para as comunidades classificadas como tradicionais no caso do Quilombo de Pitanga dos Palmares, que antes dos dispositivos legais já mencionados nesse trabalho sobre os direitos quilombolas, essas comunidades seculares foram rotuladas como: “comunidades negras rurais”, “terras de preto”, “campesinato rural”, “comunidade negra”, ao invés de lugar de “escravos fugidos” como eram chamadas durante a escravidão.

Segundo a FIOCRUZ (2018) o município de Simões Filho foi criado 1961, logo faz parte da Região Metropolitana de Salvador, todavia, historicamente foi uma territorialidade constituída por Engenhos de Cana-de-açúcar, sendo que uma fazenda ficou muito famosa era a Mocambo que ficava no Distrito Pitanga

Palmares, sendo que chegou ao século XXI, habitada por cerca de 290 famílias, porém, por ser um território de disputa e zona fértil o Distrito Pitanga de Palmares que fazia fronteira com antiga fazenda Mocambo, em media o referido distrito tem cerca de duas mil famílias residindo, algo que fez o deslocamento da ocupação territorial avança sobre o espaço do quilombo, principalmente devido à implantação das rodovias para a plantaçõ e escoamento do Pólo Industrial de Camaçari, alguns dos trabalhadores desses empreendimentos terminaram estabelecendo residência no Distrito Pitanga de Palmares, isso reduziria os custos com a sobrevivência ficando próximo ao local de trabalho.

Assim se pode afirmar que o povo quilombola veio primeiro, no caso século XVII oriundos do processo escravocrata, mas nunca foram reconhecidos enquanto donos da terra, logo a formação administrativa do Município de Simões Filho, como os empreendimentos industriais e de infra-estrutura vieram depois, porém, a forma como as instalações desses equipamentos foram feitas contribuíram e ainda contribuem para os processos de violência física, psíquica, simbólica e institucional vivenciados pelos quilombolas.

O curioso dessa experiência é que durante a minha formação acadêmica em Serviço Social, na Universidade Católica do Salvador-UCSAL, por algumas vezes ouvir falar sobre a existência do Quilombo de Pitanga dos Palmares, principalmente por ser um espaço de conflito pela terra entre quilombolas e latifundiários. Todavia, pode compreender melhor as motivações dos conflitos diante daquelas estradas e da unidade prisional, além disso, a localidade dá acesso ao Município de Camaçari-BA, local do Polo Petroquímico, o quilombo está na zona de escoamento da produção das indústrias, para ainda agregar a disputa pelo território, a configuração do Quilombo de Pitanga dos Palmares é Rural com uma farta fonte de água potável e vegetação da mata atlântica.

Para entender melhor a dinâmica de resistência da comunidade em questão podemos verificar alguns dados apresentados pela FIOCRUZ (2018) através de um mapa de conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais, onde aparece o Quilombo de Pitanga dos Palmares:

Atividades Geradoras do Conflito: Atuação de entidades governamentais, Barragens e hidrelétricas, Hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, Indústria química e petroquímica, Minerodutos, oleodutos e gasodutos, Petróleo e gás – transporte Impactos

Socioambientais: Alteração no ciclo reprodutivo da fauna, Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Desmatamento e/ou queimada, Falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta/irregularidade na demarcação de território tradicional, Precarização/riscos no ambiente de trabalho Danos à Saúde: Acidentes, Doenças não transmissíveis ou crônicas, Piora na qualidade de vida, Violência - ameaça, Violência – assassinato (FIOCRUZ, 2018).

A chegada ao território quilombola não foi muito amistosa, era visível que as pessoas estavam tristes, mas nos acolheram como puderam tudo era devido à morte por assassinado de uma das lideranças quilombolas recentemente que chamava carinhosamente de “Binho”, a sua esposa falou um pouco com a Prof^a. Dr^a, Marise de Santana, devido serem velhas conhecidas, a professora lamentou o ocorrido, mas deu uma palavra de conforto e apoio a viúva.

O processo de luto era de todos, mas cada pessoa ali sentia do seu jeito essa perda, porém, a esposa de “Binho” ao olha para o grupo de estudante disse que o marido, não gostaria que cancelássemos a visita, ela mesmo não tinha forças para conversa com a turma, falar de quilombo e suas histórias, isso para ela era falar de “Binho” e tudo doía muito, devido à forma como sua vida foi tirada, todavia, veio chamar outra pessoa para nós guiar a casa dos mais velhos da comunidade.

Essa postura me marcou muito, mesmo em seu momento de dó aquela mulher tinha uma resiliência e certeza do chão que pisava que ainda avisou: eles mataram “Binho”, mas não a todos nós, no ano que vem quanto o grupo voltar prometo receber vocês, agora me desculpem. Essa foi uma atitude que me emocionou muito, as nossas ancestralidades negras lutaram muito pela liberdade e muito sangue quilombola regou as terras desse Brasil, mas as lutas nunca param, sempre existiu o luto, a despedida e homenagens pelos que se foram arrancados dessa vida, logo está dado o preso da liberdade ou do direito a terra.

Essa certeza de continuar a lutar dessa mulher guerreira foi confirmado nas comemorações da Consciência Negra de 2018, que segundo a reportagem “Da Redação Simões Filho Online, Autor: Redação; Publicada em 27 de novembro de 2018 às 17:39”, teve como tema “O Guerreiro Vive-Binho do Quilombo, presente em Pitanga de Palmares”, a mesma reportagem ainda informa que o dia da Consciência Negra foi Marcado por três dias de grande atividade desenvolvidas a

partir da preservação da cultura e tradições dos quilombolas, mas o importante está no que destaca a reportagem citada quando trás a fala de um dos moradores, o qual vem a definir tal momento da seguinte forma: "Somos o maior símbolo de força, luta e resistência. Lutamos diariamente por ações e iniciativas que contribuam para o fortalecimento das nossas tradições e culturas".

A resistência é algo nato aos povos afrodescendentes e quilombolas, Segundo a Prof^a. Dr^a, Marise de Santana, a pessoa de "Binho" era o facilitador cultural do quilombo, fazia o trabalho com musica e dança com os jovens e as crianças, em visitas anteriores do ODEERE, Binho fazia com seus alunos apresentações dos elementos culturais da comunidade, o que facilitava muito a compreensão e a relação com elementos estudados durante os cursos de extensão.

Segundo Ribeiro (2014) antes de "Binho" o mestre do quilombo era seu Alcides o qual veio a falecer na década de 90, porém, já tinha passado seus saberes para atual líder quilombola que a Dona Bernadete Pacífico Moreira, a qual completar três gerações na liderança e fez o resgate cultural das tradições da comunidade sendo que sua genitora D.Maria Alvina do Nascimento muito lhe ensinou caso este "do Baile das Pastorinhas" que por sua vez aprendeu com sua mãe, ou seja, Dona Bernadete Pacífico Moreira é uma mulher forte e de luta aos poucos foi agregando saberes e fortalecendo as tradições a partir da oralidade, os mais velhos não são ignorados como em África são tidos enquanto bibliotecas vivas e seus saberes necessários para fortalecer os mais novos na busca pelos direitos sociais tais como a posse da terra para a comunidade, sendo suas expressões culturais marcadas para Ribeiro (2014) como "A Dança da Loba; Samba de Viola"; "Queima das Palhinhas"; "Baile das Pastorinhas"; "Dança de Engenho"; "Dança da Loba"; "– A Lenda do Boiuçu, viva e reviva São Gonçalo e Bumba-Meu-Boi".

Assim podemos compreender melhor a riqueza cultural afro-brasileira ao observarmos o povo desse quilombo através de um olhar da Antropologia. Dando continuidade a visita encaminhou-nos para a casa de outra moradora que chamaremos de Dona Pitanga, a qual comentou a morte de "Binho" e a tristeza da comunidade, mas também deixou claro que a luta não vai para, logo adiantou que a certificação do quilombo já era uma realidade, agora eles queriam mesmo era a titulação e demarcação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Segundo a quilombola em questão, a história oral do quilombo foi possível seu resgate através de Dona Bernadete, a qual é liderança e não se encontrava devido a compromissos assumidos, no campo da militância da luta pela terra, mas contou que a origem do quilombo vem de antes quando era o local conhecido como Fazenda Mocambo, logo esta na base da história escravocrata brasileira. Dessa forma, da fazenda Mocambo ao Quilombo de Pitanga dos Palmares veio com a certificação que saiu em novembro de 2017, somente um mês antes de nossa visita:

Pitanga dos Palmares, situado em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), teve seu RTID publicado no Diário Oficial da União, na última quinta-feira (16). O documento beneficia 289 famílias quilombolas numa área de 854,2 hectares de terras.

A entrega do RTID à comunidade foi feita pelo coordenador geral de regularização de territórios quilombolas do Incra, Antônio Oliveira, em mãos da líder da comunidade, Bernadete Pacífico Oliveira ressaltou que esse é um momento importante para a comunidade de Pitanga dos Palmares. "Trata-se do primeiro passo para o reconhecimento e titulação coletiva da comunidade. Com isso, o estado está cumprindo seu papel de fazer justiça social", resalta. Já Bernadete frisou que a comunidade estava ansiosa pela publicação do relatório. "Essa é uma garantia de acesso às terras após muita luta", pondera a líder quilombola. (INCRA-BA. 2017)⁵.

A senhora Pitanga é uma mulher de 50 anos, quando chegamos a sua residência estava com vários livros sobre a mesa, nos contou que depois de muito tempo sem estudar, passou no vestibular e agora é estudante de graduação na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), está cursando Pedagogia, era professora leiga e atua na comunidade com artesanato, sendo que a comunidade com a questão fundiária tem poucas formas de garantir a sobrevivência, dessa forma trabalham nas roças dos outros, pesca ou faz artesanato para sobreviver.

Segundo a quilombola existem outros mais velhos na comunidade que melhor saberiam contar a história do lugar, mas assim na última hora não era possível encaminhar a casa de alguém, como alguém que nasceu no local, dona Pitanga conta que a fé em São Gonçalo é grande no local (mas era visível na entrada do quilombo a existência de um Terreiro de Candomblé), e existe a preocupação em recuperar a Igreja da comunidade.

Para Ribeiro (2014) a tradição e crença em São Gonçalo vêm do período

⁵ A certificação do Quilombo de Pitanga dos Palmares, ao processo de titulação fundiária. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2017/11/20/incra-ba-entrega-rtid-de-pitanga-dos-palmares/> Acesso em 05 de março de 2018.

colonial e faz parte do sincretismo religioso existe na Bahia, ou seja, estratégias de sobrevivência dos negros escravizados, todavia, o santo católico é de origem portuguesa com data de nascimento de 1259, sendo este importado para o Brasil pelos Portugueses como um protetor da agricultura, do bom parto, curava até bicada de cobra e logo gostava de uma festa, devido ser padroeiro dos músicos, assim sua festa cominava com a época da colheita, motivo de grande alegria e que se comemora em janeiro, em pleno verão.

Dessa forma recuperando a teor da matéria realizada por Ribeiro (2014) pode compreender como a festa de São Gonçalo e seus mitos resignificaram os processos da cultura africana, dando a esse povo descendente da escravidão uma ancestralidade que lhes conecta ao passado, mas por igual valor, motiva as lutas do presente, por essa razão a figura de "Binho" como facilitador cultural, ou melhor, de griô (que é aquele responsável por transmitir oralmente as histórias e memórias de um povo), faz tanta falta, devido à perda não somente de um membro da comunidade mais de uma referência desta.

Outro ponto destacado é o samba de roda que segundo Pitanga tem força essa cultura na comunidade e que o filho de "Binho" pretende dá continuidade, segundo outra moradora Dona Acerola "morar nessa comunidade é muito bom".

A pessoa que organiza a parte de documentação e legalização, do quilombo, é dona Bernadete, sendo atribuída a ela essa luta, porém, alguns moradores não querem a certificação devido a questões da terra se tornar comunitária. Todavia Dona Pitanga e Acerola chamam atenção para o fato que na feira dos povos quilombolas todos vão vender o que produziu, sem qualquer distinção, além disso, existe o conflito entre os evangélicos e a cultura quilombola que é entendida enquanto candomblé.

Por todas essas motivações a escola da comunidade não trabalha a cultura afro-brasileira, que é algo garantido por lei e tem característica de obrigatoriedade para todo território nacional, porém, o preconceito mostra sua cara quanto à informação não chega onde deveria segundo Dona Pitanga a Religião de Matriz Africana é muito rica e belíssima e deveria ser respeitada.

A moradora Acerola informou ainda que o morador Jatobá tem terreiro sim! "Levo vocês lá, mas não entro! devido que algo acontece e eu passo mal, isso é porque o de Pitanga já está resolvido ela entra lá, já o meu ainda está escondido",

ou seja, existe um segredo na fala da quilombola, que possivelmente tem haver com a questão de culto as divindades cultuadas pelo terreiro, é necessário que se entenda e apreenda a “verdade seduzida” de Muniz Sodré (2015) para atingir a dimensão dessas falas.

Após esse inspirado dialogo os visitantes foram conduzidos a casa de Dona Laranjeira, que é conhecida como benzedeira na comunidade, a mesma é está com a idade bem avançada, e com a saúde frágil, mesmo assim não se negou a peleja de dialoga com os mais novos, logo na varanda de sua casa, que é rodeada por árvores e plantas usadas nos processos de cura da cultura afro-brasileira, fez registra um momento raro, todos ao redor daquela senhora sendo que não coube todos em sua varanda, para ouvir suas experiências de vida.

O silencio era grande por partes dos alunos que não queriam perder os detalhes do relato, quando os olhos não estavam na referida senhora, logo se depositavam sobre os blocos de anotações, as aventuras e saberes de uma vida toda foram sendo pontuadas e claro que não podiam falta às dores e marcas deixadas por esse processo.

Nessa viagem de recordações que não cabem em um relatório ou aqui nesse texto a Dona Laranjeira recordou que sempre morou naquele chão, teve seus filhos e os criou ali, a comunidade não tinha acesso a médicos e quando chego o progresso não foi vista a situação dos moradores, logo as plantas do quintal era um recuso que salvou muitas vidas, hoje as pessoas criticam e colocam nomes feios em quem sempre usou das plantas/ervas para sobreviver diante dos adoecimentos, situação que entristece a moradora. Dona Laranjeira é um bom exemplo da importância do saber local e da ciência contida no senso comum como definido por Geertz (1997).

Nesse ponto é possível que a mesma tenha sofrido alguma forma de discriminação devido à fama de ser benzedeira, mas a questão principal é quantas vidas aquela senhora a partir de seus saberes salvou? Hora em pleno século XXI, a comunidade ainda está lutando pelo direito de existir e viver com dignidade, imagem antes sem o SUS e transportes a base de animais, como se desenvolveu o processo de acesso a remédios e consultas médicas? Os saberes da medicina e seu comércio farmacológico não chegavam até a localidade, sendo que ainda hoje não chega como prever a Lei nº 8080/90, mas a casa de Dona Laranjeira

estava lá como seu quintal à disposição e não negar um socorro.

Nesse contexto chama atenção que muito tem de ser garantido e esclarecido a população sobre a política pública referente aos povos tradicionais e o que quer dizer ser um quilombola, enquanto os equipamentos públicos parecem não funcionarem a contento para a comunidade. Mas uma coisa chamou atenção, no local existe uma instalação prisional implantada. Isso no mínimo deve ser uma ironia diante da cronologia histórica apresentada pela comunidade e bem pontuada pela FIOCRUZ, (2018), e pelos os meios de comunicação de mídia e da imprensa existente na Região da Zona Metropolitana do Salvador.

Quanto ao conhecimento adquirido no curso de Educação Quilombola pode ser verificado na prática o que foi visto na teoria, assim deixo esse local consciente que é sim um quilombo e um campo fértil para Antropologia Afro-Brasileira, sendo que necessita ainda da titulação da terra e principalmente que seus moradores tenham a possibilidade de desmistificar todo esse processo e que possam no futuro compreender de fato a totalidade ou pelo menos grande parte de seus direitos, na visão de uma Assistente Social.

Vale ainda pensar que as raízes do preconceito étnico e racial estão também nas circunstancia de dominação capitalista dos séculos anteriormente já citados, porém, antes o negro sabia que era negro e um objeto nas mãos dos senhores, na contemporaneidade o negro desconhece sua história e em muitos casos atribuem sua situação de vulnerabilidade social a fatalidade do destino, os moradores do Quilombo de Pitanga dos Palmares vão de encontro a esse pensamento eles reconhecem sua história e sabem que seu maior inimigo é o capitalismo, o qual transformou seus antepassados em escravos e ainda no século XXI, em nome do desenvolvimentismo e do lucro segrega e subjuga sua comunidade.

CONCLUSÃO

O resultado dos seus processos históricos anteriores, frutificou um Brasil no século XXI, sustentado pela desigualdade social e a discriminação étnico e racial, principalmente devido ao fato que o objetivo central do país ou de suas elites é manter e viabilizar os interesses capitalistas, isso é uma realidade incontestável como também não se pode negar que o modelo de sociedade adotado está baseado em preceitos excludente, patriarcalista, governada por ideários

machistas, racista, impostos durante séculos, a busca pelo empoderamento dos sujeitos com intuito de enfrentar essas práticas instituídas como regra pela sociedade ocidental perpassa na Extensão Universitária pelo ato de aquilombar-se para sobreviver.

Diante do aqui definido sobre o que era e ainda é de forma bem superficial um quilombo, pode-se fazer a alusão que o ODEERE É UM QUILOMBO, sendo este espaço vinculado a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Campus Jequié, destinado à garantia do Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, as suas ações estão voltadas a extensão, formação, pesquisa junto à comunidade, o valor do sujeito nesse órgão não é mensurado pelo seu Currículo Lattes apresentado, mas pelas suas contribuições e comprometimento com o aprendizado da maioria, nesse ponto o saber ou ciência do senso comum é o que vale, além da disponibilidade de repassar ao próximo às experiências vivências, está aí uma das suas centralidades.

A democratização do acesso do ensino superior perpassada pela lógica do ensino, pesquisa e extensão, que são fundamentais eixos de interação e integração com a comunidade, porém, mais uma vez as políticas de Estado subjagam os direitos conquista em nome de uma política de máxima proteção aos interesses do capitalismo e mínima garantia dos direitos sociais com o Estado mínimo ultra-liberal.

Isso coloca em xeque o Serviço Social enquanto profissão, devido à urgência pela sobrevivência faz-se necessário ser ressignificada todos os dias a atuação profissional e entender que é fundamental lutar para garantir os Direitos Humanos, Civis e Sociais de forma universal. Por igual valor também a visita ao Quilombo de Pitangas de Palmares deixa uma certeza que o Serviço Social enquanto profissão necessita melhor compreender esse universo, se realmente quiser garantir para todos o que estabelece o Projeto Ético Político da Profissão.

Outra centralidade é o espaço da extensão o saber tanto acadêmico como dos grãos são valorizados de forma igualitária, enquanto fundamentação para as estratégias de enfrentamento dos vários tipos de preconceitos, isso é ato de resistência à colonização dos saberes e da demarcação de quem pode produzir conhecimento, imposto pelas regras da educação formal,

Além disso, oferta abrigo aos diferentes sujeitos excluídos da sociedade,

devido não se encacharem nos seus padrões normatizador dos corpos, logo todo ato de questionamento é punido com o isolamento social, silenciamento simbólico, violência em níveis que atingem o físico, o psíquico, a alma dos sujeitos discordantes, sendo estes também representantes de algum grupo étnico.

Assim o sujeito possui uma identidade ou condição identitária diferente, logo se estabelecem os limites ou fronteiras entre Ele e NÓS, a partir das relações sociais travadas entre os sujeitos, o que tiver ou deter representatividade no plano do poder vigente, subjuga o discordante através da estigmatização de sua identidade ou posição que ocupa na sociedade, (BARTH, 2011).

Dentro desse universo encontra-se as pessoas que sofreram ou sofrem com o preconceito e a discriminação, os quais emergem em uma variabilidade de faces: de ordem religiosa, social, econômica, cultural, de gênero, de orientação sexual, racial, sendo que esse é um processo de saúde-doença, devido atingir tanto a vítima como a sociedade, esta última também é causadora do adoecimento quando impõe e sustenta um ideário moralizante de como deve se dá as conduções humanas, vale lembrar que para o indivíduo que submisso, a busca pela inclusão é também adoecedora, devido a necessidade de moldar a sua condição de ser humano as vontades e necessidades do padrão instituído pela elite, o que compromete a saúde mental.

A luta contra o preconceito e a discriminação não tem um único local como referência, a Extensão Universitária na perspectiva aqui apresentada é um entre tantos, as batalhas são iniciadas sem previsão para a finalização, contudo, a vitória depende das estratégias implantadas para a desmistificação de forma reflexiva, dos discursos vigentes que viabilizam a violência como o massacre das vítimas, todavia, para alguns sujeitos isso é feito de forma consciente, já para outros no imediato está a buscar por respostas aos seus anseios onde o indivíduo pode ser quem ele é sem necessidades de operacionalização de identificações. Em fim, algo moveu o indivíduo até os portões da citada instituição (CIAMPA e MUNANGA, 2000, OLIVEIRA CARDOSO, 2006).

Nessa conjuntura de necessidade de garantir os direitos sociais dos Povos e Comunidades Tradicionais que a Extensão Universitária tornou-se aliada, porém, a convivência de dez longos meses no Curso de Educação Quilombola, foi marcada pelo meu aquilombamento por fortes descobertas e emoções, principalmente que

pode entender a cultura da minha família, para além daqueles detalhes que não são explicam aos mais novos, nunca mais a janta servida aos rezadores de Santo Antonio vai ser a mesma, digo isso de forma positiva.

A vivência na extensão por mais estranha que fosse como grande parte das coisas, as quais me soavam aos meus ouvidos, devido as minha referencias teóricas não serem o bastante para darem conta de outro universo que estava sendo apresentado e lógico quase me afoguei nele, logo ao emergir veio junto à necessidade de pensar a população demandante dos serviços ofertados pelas políticas sociais, para além das relações de produção, essa foi uma experiência de grande sedução por dois motivos:

O primeiro está no campo profissional, que pode através da experiência identificar, como me aproximar dos Povos e Comunidades Tradicionais existentes no Município que trabalho, essa foi e é uma ferramenta importante no trabalho que desenvolvo como Assistente Social;

A segunda motivação é de fórum pessoal, visto que essa experiência também me transformou enquanto pessoa em uma terra distante, onde estava na condição de migrante devido aprovação em concurso público, enquanto orientadora técnica de meus colegas vinha afirmando rotineiramente para mesmo que deveriam garantir os direitos dos sujeitos/usuários, os quais historicamente nunca tiveram suas condições existenciais compreendida pela sociedade vivente, ou seja, nasceu dessa situação aqui relatada à vontade de concorrer a uma vaga no programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, algo que veio ocorrer com a aprovação para a turma de 2019, sendo minha pesquisa em quilombo, porém, o urbano e posso afirmar que a Extensão Universitária me transformou em uma pesquisadora;

O ODEERE é um quilombo, e fazer parte dessa comunidade é de fato aquilomba-se, para aqueles que necessitam ressignificar suas existências para continuar a resistir à opressão do racismo e discriminação, contudo, também é um intercambio com os diferentes em espaços de diferença, mas que preservam o direito do outro ser como ele, simplesmente é um ser humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado em 21/08/2015 12h12.** Disponível em <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais>.

Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Guia de políticas sociais Quilombolas: Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Brasília, 2009. Disponível em <http://www.mds.gov.br> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BISPO, Maria das Graças Silva. **Prefácio;** In. SANTANA, Marise de. ODEERE: formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano/ Marise de Santana [et AL.]. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

CIAMPA, A. C. e MUNANGA, Kabengele: "**QUAL É A EXPLICAÇÃO DESSA AUSÊNCIA E DESSE SILÊNCIO (DE NOSSA PSICOLOGIA SOCIAL) SOBRE UM TEMA QUE TOCA A VIDA DE MAIS DE 60 MILHÕES DE BRASILEIROS DE ASCENDÊNCIA AFRICANA?**" Revista Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO; Psicologia & Sociedade; 12 (1/2): 18-31; jan./dez.2000.

CLEMENTE, Claudelir Correa; SILVA, José Carlos Gomes da. **DOS QUILOMBOS À PERIFERIA: REFLEXÕES SOBRE TERRITORIALIDADES E SOCIABILIDADES NEGRAS URBANAS NA CONTEMPORANEIDADE.** Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014. ISSN: 2237-0579.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify. 2009.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** In. POUTINGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FIOCRUZ, **BA – Quilombolas de Pitanga dos Palmares, na Bahia, lutam contra presídio, pedágio e ferrovia. Atualização:** outubro de 2018. Disponível em <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em 04 de Dezembro de 2018.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa;** tradução de Vera Mello Joscelyne.- Petrópolis,RJ, Editora Vozes, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo, editora Atlas S. A. -1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela e Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**- 16.ed_ São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2004.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio**. São Paulo: ANPED, 2011. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/indexatual.html>. Acesso em: 21 de Agosto de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 28 ed, Editora Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: estado e “terceiro setor” em questão. Espaço público cidadania terceiro setor. Revista Serviço Social & Sociedade**. n.59, Ano XX, São Paulo: Cortez, Março de 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Interfaces entre as desigualdades urbanas e as desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo**. In OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A cidade e o negro no Brasil/ Reinaldo José de Oliveira*, Organizador._ São Paulo: Alameda, 2013.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos e as novas etnias**. In O'DWYER, Eliane Cantarino, *Quilombos: identidade étnica e territorialidade/Eliane Cantarino O'Dwyer*, organizadora. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIBEIRO, Ademário. **Quilombo Pitanga dos Palmares – Cultura, história e luta**. Redação Simões Filho Online. Publicada em 6 de outubro de 2014 às 18:1. Disponível em <https://www.simoefilhoonline.com.br> Acesso em 04 de março de 2018.

_____ **Simões Filho: Comunidade Quilombola Pitanga de Palmares celebra Dia da Consciência Negra**. Redação Simões Filho Online. Publicada em 27 de novembro de 2018 às 17:39. Disponível em <https://www.simoefilhoonline.com.br> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. –São Paulo, Cortez, 2018.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: Por um conceito de cultura no Brasil**. 3ª edição, Editora DP&A, 2005.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução á pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa e educação** – São Paulo: Atlas, 1987.

Ariadini de Almeida Dócio: Mestranda do Programa em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2019); Servidora Pública (2016); Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador (2012), possui experiência em atividade de pesquisa na área de saúde coletiva e políticas sociais voltadas para os idosos. Tem por área de interesse a relação de atuação do Serviço Social na atenção a saúde de média e alta complexidade, sendo que sua pesquisa trata da temática do direito a saúde e o desconhecimento do mesmo no contexto do atendimento de urgência e emergência hospitalar.

Natalino Perovano Filho: Possui graduação em Química pela Universidade Federal de Alagoas (2004), especialização em Ensino de Química e Biologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2016), mestrado em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e doutorado em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2016). Atualmente é Técnico Universitário da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Professor EAD da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Revisor de periódico da Acta Scientiarum. Technology (Impresso), da LINKSCIENCEPLACE, da CIENCIA E AGROTECNOLOGIA, Revisor de projeto de fomento do Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Membro de corpo editorial da ODEERE, Professor do Instituto de Ensino Superior de Candeias - Faculdade de Candeias, Membro de corpo editorial da SCIREA Journal of Sociology, Revisor de periódico da MOJ Current Research & Reviews e da REVISTA DOCENCIA DO ENSINO SUPERIOR.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: Novembro de 2019.

Artigo aprovado para publicação em: Dezembro de 2019.